

VIOLÊNCIA ESCOLAR: BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

Núbia Célia Carneiro¹

RESUMO: As escolas do ensino básico têm sido alvo de diversos atos de violência, o que tem gerado preocupações na comunidade escolar e nas pessoas que frequentam esse ambiente diariamente. Este artigo tem como objetivo fazer uma breve reflexão sobre a violência no ambiente escolar e o seu impacto no processo de ensino e de aprendizagem. Enfatizando que a violência presente nesse ambiente afeta as relações interpessoais entre os sujeitos/estudantes. Pode-se compreender que o combate à violência é uma responsabilidade primordial dos poderes públicos, promovendo políticas públicas sociais para erradicar esse fenômeno. A falta de eficiência dessas políticas tem um impacto negativo na sociedade como um todo, sobretudo, para o processo de ensino e de aprendizagem. Nesse contexto, é fundamental que os professores sejam capacitados para identificar comportamentos agressivos e tomar decisões corretas para coibir quando eles ocorrerem. A metodologia empregada para a realização deste estudo consistiu em uma pesquisa do tipo bibliográfica, de autores com larga expertise na área educacional, tais como Abramovay (2009), Fante (2011), Lopes Neto (2011), Silva (2015), entre outros.

Palavras-chave: Violência no Âmbito Escolar. Formação do Professor. Políticas Públicas Sociais.

993

ABSTRACT: Basic education schools have been the target of several acts of violence, which has raised concerns in the school community and in the people who frequent this environment daily. This article aims to briefly reflect on violence in the school environment and its impact on the teaching and learning process. Emphasizing that the violence present in this environment affects interpersonal relationships between subjects/students. It can be understood that combating violence is a primary responsibility of public authorities, promoting public social policies to eradicate this phenomenon. The lack of efficiency of these policies has a negative impact on society as a whole, especially on the teaching and learning process. In this context, it is essential that teachers are trained to identify aggressive behaviors and make correct decisions to prevent them when they occur. The methodology used to carry out this study consisted of bibliographical research, by authors with extensive expertise in the educational area, such as Abramovay (2009), Fante (2011), Lopes Neto (2011), Silva (2015), among others.

Keywords: Violence at School. Teacher Training. Social Public Policies.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEnsino – UNIVATES-RS. Graduada em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira-Inglês (UEFS). Especialista Lato Sensu em Administração Pública com Aprofundamento em Recursos Humanos (UEFS), Psicopedagogia Institucional e Clínica (Faculdade de Educação Montenegro), Educação Especial: Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) – (UNEB) e Educação Especial: Suporte para uma Escola Inclusiva (Faculdade da Cidade do Salvador). Docente da Rede Pública do Estado da Bahia.

INTRODUÇÃO

A violência é tão prevalente que atinge as mais diversas esferas sociais que, por vezes, pode ser considerada como imutável na sociedade. E, isso, pode impactar negativamente a nossa qualidade de vida. A ocorrência desse fenômeno pode estar relacionada à falta de investimentos em políticas públicas sociais e, nesse contexto, acaba adentrando no ambiente escolar.

Enfatizando que a violência que acontece no contexto escolar é conhecida como *bullying*. Esse fenômeno é uma realidade que frequentemente desafia os professores, os quais, em sua maioria, se sentem despreparados para lidar com ele. A partir disso, para abordar o tema em questão, é necessário fazer uma breve reflexão da violência gerada a partir do *bullying* que afeta diretamente o processo educacional.

Mas afinal, o que é violência? Segundo Santos (1999 citado por Souza, 2012, p. 21), “a violência é um aspecto complexo e multifacetado que possui diferentes significados, cuja interpretação varia em função do contexto social, econômico e cultural em que ocorre e dos valores adotados por cada sociedade [...]”. Neste contexto, podemos dizer que a violência na sociedade brasileira chegou a níveis insustentáveis devido à falta de políticas públicas sociais para as populações em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Para Drawin (2011), a palavra violência pode nos trazer alguns elementos que podem esclarecer o comportamento agressivo, especialmente à luz da linguística em que existem muitos significados. No entanto, podemos procurar o seu núcleo semântico, o que pode ser feito observando a etimologia da palavra violência, que vem do substantivo latino “violentia”, que significa veemência e impetuosidade e se refere a vis, o que significa força. Assim, por exemplo, podemos designar metaforicamente o poder das ondas como “violência do mar”. Deste modo, a etimologia apresenta um componente que pode ser estendido para o mundo da vida não humano e até mesmo para fenômenos físicos, como a força do mar ou a tempestade.

Nos casos mencionados, é importante redefinir e considerar a violência juvenil, frequentemente rotulada como delinquência, levando em consideração seus aspectos de transformação. Para isso, entretanto, é preciso considerar a violência no laço social para além daquilo que costuma aparecer, destacando-se as nuances envolvidas nos jogos de poder das relações sociais (BISPO; LIMA, 2014).

Isto posto, o objetivo deste artigo é fazer uma breve reflexão sobre a violência no ambiente escolar e o seu impacto no processo de ensino e de aprendizagem. Este estudo levou em consideração o contexto social, na perspectiva da identificação das causas e/ou razões sobre esse fenômeno.

A metodologia delineada para este artigo, baseia-se na pesquisa do tipo bibliográfica que é uma abordagem “desenvolvida com base em materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos. Embora quase todos os estudos requeiram algum tipo de pesquisa, algumas são desenvolvidas, sobretudo, a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p. 44-45).

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A MINIMIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

O professor é uma figura central na luta contra a violência na escola. Este, desempenha um papel fundamental diante desse fenômeno que atinge à escola. Cubas *et al.* (2006) enfatizam que, apesar da aparente impotência que atinge a maioria dos educadores, é quase unânime entre os pesquisadores em educação ressaltarem o papel fundamental desses profissionais nas ações de intervenção e prevenção da violência, bem como na reconstrução da função que a escola desempenha na vida dos estudantes.

A importância dos professores no combate à violência no cotidiano escolar está relacionada a um conjunto de fatores, sendo uns mais relevantes do que outros. Entre esses, o mais significativo, são as salas de aula superlotadas, o que acaba gerando condições favoráveis para o surgimento da violência. Nesse caso, alguns estudantes não foram orientados educacionalmente pelos seus pais e/ou responsáveis com base numa educação pautada por meio de princípios éticos, onde estes, são imprescindíveis para a boa convivência, não só para o ambiente escolar, como também, para outros espaços sociais.

Tendo em vista o papel fundamental que o professor tem para a sociedade, sua formação para o exercício dos processos de ensino, também deve estar ligada às questões da violência que acontecem no cotidiano escolar. Nesse contexto, (Blaya, 2003, p. 47) “sublinha que, além dos problemas estruturais do trabalho docente, a formação dos profissionais da educação não ajuda a preparar as pessoas para lidarem com situações de conflito e administrar crises.”

Cubas *et al.* (2006) destacam que, diante das novas demandas da profissão, os professores precisam estar preparados não apenas para ensinar as disciplinas do currículo, mas também, para intervir e prevenir comportamentos agressivos dos alunos. Para Montenegro (2021), isso só poderá ser alcançado através de uma formação inicial e contínua de qualidade que aborde os conflitos envolvendo o espaço escolar.

É preciso levar em consideração que a violência nas escolas é um problema antigo e a escola como espaço de aprendizagem e formação dos alunos, enfrenta o desafio de combater a escalada desse fenômeno.

Seguindo nessa linha de pensamento, Carvalho Filho (2005) afirma que o objetivo da educação não é fechar a porta para o problema, mas criar portas infinitamente abertas e incentivar constantemente os estudantes a se adaptarem a uma realidade que não é estática, mas que está em constante evolução.

Nesse sentido, recorreremos as concepções de Bachelard (1968) que é bem atual à medida que revela várias faces em um mundo de constante mudança. A priori, entendemos que, qualquer planejamento no processo de ensino, deve promover a capacidade de desenvolvimento na aprendizagem por meio de um pensar reflexivo dos estudantes, importante para o desenvolvimento de sua criticidade. Todavia, isso, só poderá acontecer se os professores utilizarem abordagens metodológicas com foco na experiência dos estudantes, para que eles percebam a sua importância como partícipe e não sejam vistos como consequência, e, sim, como solução no enfrentamento das questões que fazem parte das relações hodiernas da sociedade.

Não podemos imaginar profissionais que estejam “fechados” em conceitos muito antigos, mas que sejam capazes de acompanhar as mudanças atuais. Deste modo, a pedagogia proposta por Bachelard se adapta perfeitamente às novas exigências, porque é bastante crítica e revolucionária, ao propor que os estudantes sejam capazes de pensar uma realidade que não é definitiva, mas que está em constante processo de mudança (Carvalho Filho, 2005, p. 18). Em outras palavras, a formação do estudante deve ser na perspectiva para o seu empoderamento como cidadão, permitindo que ele possa interpretar a ‘leitura de mundo’² diante dos fatos que acontecem não só na sociedade em que ele está inserido, mas também, numa perspectiva global.

²Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf;

Considerando a reflexão sobre a formação do estudante, é importante conscientizá-lo sobre os atos de comportamentos agressivos que acontecem no ambiente escolar. No entanto, para que esse ensino seja eficaz, é necessário:

Tornar a escola um espaço atrativo aos estudantes, onde sejam oferecidas atividades que despertem o seu interesse. A proposta é fazer com que o estudante se sinta mais integrado à escola e à comunidade escolar por meio de oportunidades de lazer, esporte e cultura, além de participar de atividades extracurriculares, o que pode ajudar a combater a violência na escola (ABRAMOVAY, 2006 citado por MONTENEGRO, 2021, p. 33).

Segundo Sposito (1998), como instituição, a escola é afetada pelos impactos da violência externa, resultando em conflitos que ocorrem dentro da sala de aula, prejudicando negativamente tanto a aprendizagem quanto as relações interpessoais.

Dessa forma, é cada vez mais essencial para a sociedade humana compreender as especificidades da violência, a fim de que os estudos possam intervir nessa realidade (Montenegro, 2021), uma vez que as concepções de ato violento atualmente são amplas; no entanto, muitas vezes estiveram associadas à ocorrência de dano físico. As mudanças em nossa compreensão e sensibilidade evoluíram, permitindo-nos hoje considerar novos tipos de violência que antes não eram consideradas. Isso inclui discriminação baseada na cor da pele, orientação sexual, idade, etnia, sexo, religião, bem como situações de constrangimento, exclusão ou humilhação (BONAMIGO, 2008).

Outro aspecto importante a ser considerado é a violência simbólica, em que a exclusão no meio educacional ocorre quando:

O aluno não se enquadra nos padrões impostos pela instituição, deixando-o à margem do processo e, conseqüentemente, levando-o ao desestímulo e finalmente à exclusão. A escola, nesse sentido, não busca incluir os desiguais, esses são tidos como preguiçosos e incapazes e o fracasso é atribuído a eles como falta de aptidão ou esforço diante às demandas da escola (JUBÉ; CAVALCANTE; CASTRO, 2016, p. 03).

De acordo com Bourdieu (1989), o poder se manifesta em todos os lugares, assim como em tempos passados em que se evitava reconhecê-lo nas situações em que ele era evidente, não é desnecessário registrar que – sem transformá-lo, de forma alguma, em uma espécie de "círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma" – é importante descobrir onde é revelado de uma forma mais sutil e onde é completamente ignorado e, portanto, reconhecido. Na verdade, o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a convivência daqueles que optam por não acreditar que estão sujeitos a ele, ou até mesmo daqueles que o exercem.

Por outro lado, no ambiente escolar, as relações de poder que ocorrem entre professores e estudantes normalmente com vantagem do professor que traz consigo a autoridade pedagógica, impondo conteúdo desinteressante e usando metodologias ultrapassadas sugeridas pelo sistema de ensino que “[...] reproduz a cultura dominante, que contribui para a reprodução de estruturas de relações de poder, onde o sistema educacional dominante tenta manter sob controle a violência simbólica legítima” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 57).

Dessa forma, fica evidenciado que a formação do professor interfere na condução e desenvolvimento do ato de educar. [...] Para que venha favorecer o processo formativo dentro da escola, a formação docente deve privilegiar várias dimensões (GUIDA; SILVA; BARBOSA, 2019).

Nessa linha de análise, existe ainda um outro tipo de violência presente no ambiente escolar, conhecido como *bullying*, que tem “se tornado um problema frequente nas escolas de todo o mundo” (SILVA, 2015, p. 18).

COMPREENDENDO O FENÔMENO *BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola, ao ser idealizada como uma instituição de ensino, tem responsabilidade com a aprendizagem e o bem-estar dos estudantes. No entanto, esse ambiente que deveria ser agradável e sadio, tem sido palco de comportamentos que ocorrem com regularidade, resultando em situações que envolvem atos de agressão entre os estudantes (Souza, 2015). É nesse contexto que surge o *bullying*, em que muitas vezes vem acompanhado de agressões sejam físicas ou verbais o que fortalece os riscos para a violência social no ambiente escolar (SILVA, 2021).

Reforçando essa premissa, podemos afirmar que o *bullying* é o tipo de violência mais comum entre os estudantes no ambiente escolar. Trata-se do conjunto de comportamentos agressivos que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, [...] tornando possível a intimidação da vítima (LOPES NETO, 2011).

Até recentemente, a terminologia *bullying* era amplamente desconhecida pela maioria da população. De ascendência britânica, essa expressão é empregada para qualificar condutas agressivas no contexto educacional, independentemente do gênero do indivíduo envolvido. Dentre esses comportamentos, é possível ressaltar ocorrências sistemáticas e intencionais

de agressões, comportamentos e atitudes desrespeitosas perpetradas pelos agressores. É enfatizado que as condutas adotadas por um ou mais agressores em relação a um ou alguns estudantes frequentemente carecem de motivações específicas ou justificáveis. Isso significa dizer que ao maltratar, intimidar, humilhar e causar medo às suas vítimas, os mais fortes “naturalmente” utilizam os mais fracos como objetos de diversão, prazer e poder (SILVA, 2015).

O termo "*bullying*" deve ser usado de forma que capte conceitualmente a realidade ou pelo menos alguns de seus aspectos. Este uso irá variar dependendo da situação e do meio ao qual está sendo inserido. As diferentes tentativas de traduzir para a língua portuguesa resultaram em uma reconstrução ou adaptação do fenômeno indicado pela expressão em sua língua original, conforme proposto por Dan Olweus. À medida que aumenta a distância entre o que está sendo representado e o conceito utilizado, maior o perigo de ser o conceito mal compreendido e maior a necessidade de cuidar da clareza e da precisão na definição (MENDONÇA, 1983 citado por MEDEIROS, 2012).

Em concordância, Lopes Neto (2005) explica que:

A adoção universal do termo "*bullying*" deveu-se à dificuldade de tradução para diferentes idiomas. Durante a Conferência *International Online School Bullying and Violence*, maio-junho de 2005, constatou que o conceito amplo da palavra *bullying* torna difícil identificar um termo nativo correspondente em países como Alemanha, França, Espanha, Portugal, Brasil, entre outros (LOPES NETO, 2005, p. 165).

Com relação a definição do termo *bullying* no Brasil, Fante (2011) adotou o termo que, de maneira geral, é empregado na maioria dos países: *bullying*. *Bully*, enquanto nome, é traduzido como “valentão”, “tirano”, e como verbo, “brutalizar”, “tiranizar”, “amedrontar”. Dessa forma, a definição de *bullying* é compreendida como um subconjunto de comportamentos agressivos, sendo caracterizado por sua natureza repetitiva e por desequilíbrio de poder. Alguns pesquisadores consideram ser necessários no mínimo três ataques contra a mesma vítima durante o ano para a sua classificação como *bullying*.

Diante disso, as consequências decorrentes do *bullying* possuem um efeito abrangente e influenciam todos os indivíduos, expressando-se em diferentes níveis. No entanto, é na vítima que tais resultados são mais acentuados, mantendo-se além do ambiente escolar e estendendo-se por um período considerável. Isso pode acarretar danos à sua saúde física e mental, nos vínculos profissionais, nas relações de trabalho, na formação de uma família posteriormente e na educação dos filhos (FANTE, 2011).

Com isso, a violência escolar é hoje o fenômeno social mais complexo e difícil de compreender, por afetar a sociedade como um todo, atingindo diretamente as crianças e adolescentes em todas as escolas do país e do mundo. Sabemos ser o fenômeno resultante de inúmeros fatores, tanto externos como internos à escola, caracterizados pelos tipos de interações sociais, familiares, socioeducacionais e pelas expressões comportamentais agressivas manifestadas nas relações interpessoais. Entre os fatores externos pode-se citar o contexto escolar, social e pelos meios de comunicação. Em relação aos fatores internos, podemos classificá-los em três categorias: o clima escolar, as relações interpessoais e características individuais de cada membro da comunidade escolar (FANTE, 2011).

Outro aspecto importante a ser observado é com relação a rede pública de ensino, onde é comum encontrar falta de investimentos e estruturas precárias. As salas de aula costumam ser lotadas, o que dificulta o desenvolvimento do aluno. Além disso, a falta constante de recursos e a fragilidade dos materiais, juntamente com a falta de atendimento/atenção individual, têm um impacto negativo na formação do cidadão com pensamento crítico, prejudicando o desenvolvimento escolar e, por conseguinte, ocasionando conflitos interpessoais (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2023).

Diante das discussões que levantamos acima, no *bullying* escolar, existe o impacto direto no desenvolvimento acadêmico da vítima/estudante desse fenômeno, em que devido ao constante maltrato que sofre, ela concentra suas energias em buscar alternativas para escapar do sofrimento. Vive em um estado de alerta constante, onde suas únicas prioridades são manter o controle das suas emoções, escapar dos seus agressores e retornar para casa em segurança. Estudar deixa de ser uma prioridade devido à diminuição da capacidade de concentração durante as aulas, o que resulta na falta de participação em trabalhos em grupo e de atividades extracurriculares. Quando as notas começam a cair, a pressão dos pais e professores aumentam, o que acaba elevando ainda mais os níveis de estresse. [...] Diante dessa situação, ao se sentir humilhada e com uma autoestima abalada, ela pode deixar de aproveitar oportunidades que poderiam lhe proporcionar empregos melhores e uma carreira de sucesso (CARPENTER; FERGUSON, 2011).

Desse modo, Medeiros (2012) parte do princípio de que o fenômeno *bullying* tem profundas raízes na injusta e excludente sociedade em que vivemos. Caracteriza-se pela reprodução de situações familiares marcadas pela violência social e pela desestruturação, bem como por costumes e padrões de ensino destinados a preservar a ordem social. Dessa

maneira, a violência física, a violência indireta e a violência simbólica encontradas no ambiente escolar se misturam, se alimentam uma das outras e se apresentam simultaneamente como fenômenos bastante preocupantes.

Sendo assim, acreditamos que a violência é vista nas escolas como algo comum, e é possível encontrar maneiras de melhorar as ações das escolas com esse problema. Os alunos são expostos a condições de violência, exclusão social e intolerância no ambiente escolar. Essas condições afetam negativamente seu caráter.

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS COMO DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

O Brasil é um país em que as desigualdades são latentes, dentre as quais, destacam-se as sociais, econômicas, culturais, [...] ocasionadas pela má distribuição de renda, elevado índice de pobreza, desemprego, acesso limitado a serviços de saúde, educação e assistência social de qualidade. Por outro lado, se analisarmos o Brasil frente a alguns países segundo Barros, Henrique e Mendonça (2000), de 124 países analisados percebe-se que 64% têm renda per capita inferior à brasileira, o que significa que é possível avançar na redução das desigualdades por meio de políticas públicas de cunho social (TENÓRIO; FERREIRA; SOUZA, 2021).

1001

Nesse sentido, a falta de políticas públicas sociais é fundamentalmente a geradora das desigualdades sociais. Isso também pode ser considerado como um ato de violência, pois é a partir da negação dessas políticas, que se naturaliza a maioria de diversas formas de violência na sociedade brasileira.

Para compreendermos de maneira mais ampla, as políticas públicas consistem na intervenção do Estado na realidade social, com instrumentos públicos ou determinações administrativas, no sentido de atender necessidades sociais (direitos), interesses de grupos, indivíduos ou pessoais, bem como a gestão de conflitos, são considerados levando em conta o papel ativo do Estado. Isso é realizado por meio da implementação de projetos governamentais que consistem em programas e ações direcionadas a setores específicos da sociedade (Alves, 2018, p. 4). Ou seja, a violência no ambiente escolar é decorrente na maioria das vezes pela falta de políticas públicas sociais que se aplicadas por meio de programas assistenciais sustentáveis, poderiam contribuir para a diminuição da pobreza, pois o Brasil é

um país muito desigual, mesmo estando entre os vinte países que possuem as maiores economias do mundo.

Outro aspecto a considerar é que o maior contingente de nossa população reside em bairros periféricos quando nos referimos aos grandes centros urbanos e são nesses locais em que estão instaladas a maioria das unidades de ensino e, de certa forma, a escola por si só não conseguirá resolver todos os problemas da violência, principalmente a violência que é oriunda pela falta de políticas sociais que são decorrentes da responsabilidade do Estado. Todavia, quando há omissão do Estado em relação à aplicabilidade de investimentos na área educacional na perspectiva da melhoria dos processos que viabilizem a melhoria do ensino, pode-se afirmar que essa omissão vai contra os princípios dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, especialmente em seu “Art. 211, § 1º”, apontando que:

É essencial garantir uma educação de qualidade, com o objetivo de promover a cidadania e o desenvolvimento dos indivíduos, com o intuito de garantir a equidade no acesso e nas oportunidades educacionais, bem como um nível mínimo de qualidade de ensino. Isso pode ser realizado por meio de assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 1988, p. 1).

Portanto, Alves (2018) nos lembra que, em geral, as políticas sociais tendem a equilibrar as diferenciações de condições sociais provocadas pelo próprio sistema de produção econômica. A educação foi entendida como política pública social de responsabilidade do Estado, mas que não pode ser pensada apenas pelo Estado e/ou seus organismos. O próprio percurso histórico da política educacional brasileira mostra que ela sempre teve um caráter social, mas a implementação da política educacional foi institucionalizada pela Constituição da República Federativa de 5 de outubro de 1988, que consagra o Estado de direito democrático no Brasil, estabelecendo direitos civis, políticos e sociais.

Cumprido, todavia, ressaltar que a violência nas escolas no Brasil tem muitas vertentes, ou seja, está relacionada às diversas formas de manutenção da desigualdade social, cultural, de gênero, de idade e raciais que geram pobreza, fome e as diversas formas de subjugação e exploração de umas pessoas pelas outras. Está diretamente ligada à exclusão social de uma determinada parte da população com um nível de desenvolvimento socioeconômico muito baixo (ASSIS, 2010).

Os argumentos acima iluminam de forma clara como as escolas públicas lidam frequentemente com problemas e desafios estruturais. Ao comparar as instituições de ensino

público e privado, é possível observar a reprodução das desigualdades sociais. As escolas privadas têm como objetivo desenvolver habilidades e competências nos estudantes para que eles se qualifiquem na formação social. Um dos principais fatores para isso é o investimento na instituição, garantindo que as salas de aula não fiquem superlotadas de alunos e que sejam utilizados metodologias e recursos de alta qualidade e sempre atualizados (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2023).

Ainda segundo os autores (2023), a estrutura e funcionamento da escola são focados no benefício dos alunos, através de laboratórios de informática e química, além de aulas de dança, música e karatê com ambientes espaçosos para garantir um bom desenvolvimento dos estudantes, além da disponibilização dos cursos extras para a preparação dos vestibulares.

Nessa perspectiva, afirma-se que a escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano, na redução da pobreza e das desigualdades, no combate às exclusões e na promoção do pensamento crítico. A construção de identidades e o desenvolvimento de autonomia em busca de emancipação são aspectos cruciais. A escola também é um espaço que possibilita a mobilidade social. O que antes era uma ilusão para a população, atualmente, sob a perspectiva dos direitos, essa intenção se concretiza e, algumas vezes, é o único meio viável de acesso a essas oportunidades e propostas de equidade (ABRAMOVAY, 2009).

A realização desses direitos requer a mobilização da sociedade, porque dela surgem as necessidades e as ansiedades, confirmando e ampliando o interesse social pela educação. Desse modo, as ações que se originam em um contexto social transformam-se em políticas públicas, resultado da conscientização dos cidadãos no exercício de direitos e deveres (ALVES, 2018).

É o que determina a Constituição Brasileira (1988) nos artigos 205, 206, 208 e nos artigos 2º, 3º, 4º, e 58º da LDB, lei nº 9.394/96, que consolida e amplia dever do poder público que tem a responsabilidade de oferecer uma educação que englobe processos formativos na vida familiar, na interação humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nas manifestações culturais, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil (ALVES, 2018).

Aqui, ressalta-se mais uma vez que, o Estado por meio de políticas públicas é o principal agente regulatório dos serviços e ações públicas, em especial as que estão

interligadas às áreas sociais e econômicas. Através dessas ações e medidas nas áreas da saúde, segurança, educação, moradia e demais áreas que propiciem a garantia dos direitos básicos dos cidadãos, pretende-se fomentar a justiça social a todos os indivíduos contribuindo, assim, na diminuição das desigualdades sociais (TENÓRIO; FERREIRA; SOUZA, 2021).

Dessas acepções, podemos ressaltar que no Brasil as políticas públicas educacionais são orientadas pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) quando afirma que toda criança tem direito à educação, visando ao seu desenvolvimento pessoal, ao exercício da cidadania e o preparo para o mercado de trabalho (Cap. IV, Art. 53), bem como assegura que os pais ou responsáveis são obrigados a matricular seus filhos em rede regular de ensino (Cap. IV, Art. 55). Desta forma, toda criança em idade escolar deve frequentar a escola, o que afirma este espaço como um importante meio de desenvolvimento das crianças e jovens (MACIEL, 2015).

Dessa forma, as medidas educacionais adotadas devem assegurar o pleno desenvolvimento dos estudantes, levando em consideração o papel crucial da educação como uma ferramenta para minimizar as desigualdades sociais. É fundamental que os governos assumam a responsabilidade de promover um ensino que valorize e respeite as diferenças presentes no ambiente escolar. É importante também frisar a necessidade de formular políticas públicas que se adequem às diversas realidades e necessidades de aprendizagem, a fim de garantir que a educação cumpra o seu papel na promoção em equidade de oportunidades (TENÓRIO; FERREIRA; SOUZA, 2021).

Nesse sentido, é preciso que as políticas de Estado, principalmente as que são destinadas para as áreas sociais ressignifiquem as regiões onde existem o maior número de habitantes com menor poder aquisitivo, onde muitas dessas famílias vivem abaixo da linha de pobreza, ressaltando que são nessas localidades que se situam o maior número de escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos neste artigo que existem diversos tipos de violência que estão imbricadas na sociedade por meio das relações sociais entre os sujeitos, mas a grande causa para sistematização dessas violências reside pela omissão de uma política de Estado que é muito desigual, ou seja, é cada vez mais urgente a criação de políticas públicas sociais que são

necessárias para atender principalmente os mais pobres, no sentido de minimizar à violência.

Compreender que a violência que ocorre na sociedade acaba sendo reverberada para o interior da escola, pois a escola é um espaço eminentemente social e de produção de conhecimento que se estabelece entre os sujeitos/estudantes e entre professores e estudantes.

Não podemos esquecer que a família também tem responsabilidade pela educação de suas proles com base nos valores humanos, pois essa atitude pode corroborar para a minimização da violência nas escolas, uma vez que depois da família, a escola é o primeiro ambiente que acolhe o sujeito/estudante, contribuindo para o desenvolvimento da sua personalidade.

Reconhecer que a escola sozinha não pode resolver de forma isolada os problemas que são decorrentes da violência, e, neste caso, é preciso que o Estado possa ampliar as políticas públicas sociais e educacionais, visando melhorar a formação do professor para que este, possa criar novas estratégias para coibir a violência no ambiente escolar por meio de novas ações pedagógicas que ressignifiquem à sua prática pedagógica no sentido de combater a violência na perspectiva da melhoria do ensino e, sobretudo, para a qualidade da aprendizagem dos estudantes.

1005

Por fim, sublinhar que a violência em geral é um problema atual e preocupante em diversos setores da sociedade. Sobre os efeitos do *bullying*, o estudo constatou que o sistema educacional é influenciado por fatores internos e externos no seu ambiente, como mencionado no segundo tópico, uma vez que aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, provavelmente serão alvos de agressões devido a fatores como a pobreza que está associada à falta de políticas públicas sociais. É importante ressaltar que a escola desempenha um papel fundamental não apenas no ensino, mas também, na promoção do pleno desenvolvimento da cidadania, tanto individual quanto coletiva dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; (Coord). CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. 496 p. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237993/Publicacao_Revelando_tramas.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

ALVES, Patrícia Machado. Políticas públicas em educação: a questão da violência escolar, capacitação docente e segurança no ambiente escolar em Iporá-GO. (2018). **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh – RJ: Histórias e parcerias.** Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529801555_ARQUIVO_POLITICASPUBLICASEMEDUCACAO.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

ASSIS, Simone Gonçalves de. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Organizado por Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci. – Rio de Janeiro: **Ministério da Educação** / Editora FIOCRUZ, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/impactos_violencia_escola.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico.** Trad. Juvenal Hahne Júnior. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1968.

BARBIERI, Bianca da Cruz; SANTOS, Naiara Ester; AVELINO, Wagner Feitosa. Violência escolar: uma percepção social. **Revista de trabalhos acadêmicos da FAM**, v. 8 n. 1, 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BISPO, Fábio Santos; LIMA, Nádia Laguárdia de. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. Educação em **Revista|Belo Horizonte|v.30|n.02|p.161-180|abril-junho** 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LQ5t8yhCsmT4n6tLvDSN3Sj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BLAYA, Catherine. A paz está na mão da escola. **Nova Escola**, São Paulo, nº 165, set. 2003. Entrevista concedida a Paola Gentile. Disponível em: http://novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/165_set03/html/falamestrepdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Revista Katál**, Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213 jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HwMmgkb6Q35rBwwMCfhtQMw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** Editora DIFEL, 1989. Tradução de Fernando Tomaz. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BourdieuPierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7591946/mod_resource/content/0/BOURDIEU%20A%20Reprodu%C3%A7%C3%A3o%20Cap%C3%ADtulo%202.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

CARPENTER, Deborah; FERGUSON, Christopher J. **Cuidado! Proteja seus filhos dos bullies**. São Paulo: Butterfly, 2011.

CARVALHO FILHO, José Ernane Carneiro. **Gaston Bachelard**: uma pedagogia aberta. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Salvador: J. E. C. Carvalho Filho, 2005. Disponível em: https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/gaston_bachelard_uma_pedagogiaaberta.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

CUBAS, Viviane de Oliveira, In.; RUOTTI, Caren; ALVES, Renato. **Violência na escola**: um guia para pais e professores. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down235.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

DRAWIN, Carlos Roberto. O paradoxo antropológico da violência. In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). **Faces da violência na contemporaneidade**: sociedade e clínica. Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32. Disponível em: https://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20120704131007.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 6ª ed. Campinas, SP: Verus Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51ª edição – São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GUIDA, Raimunda Maria Ribeiro; SILVA, Tarciana Bezerra Barreto da; BARBOSA, Kathia Maria de Melo e Silva. **Como o bullying é enfrentado em uma escola pública do Ensino Fundamental na cidade do Recife**: um estudo de caso. 2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2403144/GUIDA%3B+SILVA%3B+BARBOSA+-+2019.1.pdf/4927db04-144c-4e2b-87fe-28aa0c9f8d10>. Acesso em: 09 abr. 2024.

JUBÉ, Milene de Oliveira Machado Ramos; CAVALCANTE, Claudia Valente; CASTRO, Claudia Maria Jesus. Violência simbólica para Pierre Bourdieu: a relação com escola contemporânea. Artigo. I Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar – 06, 07 e 08 de

junho – Mineiros-GO, 2016. Disponível em:
file:///C:/Users/profe/Downloads/admin,+68-131-1-SM.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

LOPES NETO, Aramis Antônio. **Bullying**: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Bullying**: saber identificar e como prevenir. São Paulo: Brasiliense, 2011.

MACIEL, Milena Ataíde. **Representações sociais de violência na escola**: um diálogo com alunos e professores da Paraíba. Dissertação (Mestrado). Recife, 2015. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16059/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MILENA%20MACIEL%20-%20final.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MEDEIROS, Alexandre Vinícius Malmann. **O fenômeno bullying [manuscrito]**: (in)definições do termo e suas possibilidades. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/789/o/2012_Alexandre_MALMANN_Disserta%C3%A7%C3%A3o_FINALIZADA.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.

MONTENEGRO, Maria Eleusa. (Organizadora). **A violência escolar**: diagnóstico e propostas de solução. Brasília: ICPD; CEUB, 2021.
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15597/1/Ebook%20Viol%C3%aancia%20Escolar.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

1008

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. [2. Ed.]. São Paulo: Globo, 2015.

SILVA, Maria Rufina Pereira da. **Bullying no ambiente escolar** – a perspectiva dos alunos da 3ª série do Ensino Médio de uma escola pública em Porto Nacional – TO. (Artigo). Universidade Federal do Tocantins. PORTO NACIONAL – TO, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3088/1/Maria%20Rufina%20Pereira%20da%20Silva%20-%20Artigo.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SOUZA, Liliane Pereira de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista LABOR** nº 7, v.1, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4032460-A-violencia-simbolica-na-escola-contribuicoes-de-sociologos-franceses-aofenomenodaviolencia-escolar-brasileira.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, nº 104, São Paulo/SP: Fundação Carlos Chagas/Cortez, 1998.

TENÓRIO, Stéfanie Sônia Alves; FERREIRA, Fausta Maria Emília de Carvalho; SOUZA, Débora Quetti Marques. Políticas Públicas Educacionais e a Desigualdades Sociais e Digitais em Tempos de Pandemia. **Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**. V.01 N. 01/2021. Disponível em: <https://revistasalaoito.com.br/article/doi/10.29327/235555.1.1-5pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.